



(In) Tolerâncias religiosas: práticas Modernas e problemáticas Contemporâneas

Fabiane Maria de Jesus, na altura dos seus 33 anos, fora arrancada de sua casa por diversos moradores próximos à região em que morava por conta da notícia que se espalhara referente ao de fato de que a mesma sequestrava crianças e as utilizava em rituais entendidos pela população como “magia negra”¹. Em seguida, fora arrastada pelas ruas e espancada até ficar inconsciente. Dias depois, viria a óbito. Já na altura dos seus 80 anos, Ana Álvares fora apontada por seus vizinhos, principalmente mulheres, como “feiticeira”, sendo afirmado que a portuguesa, de origem bracarense, não apenas falava com o Diabo, mas, também, era capaz de promover uma série de rituais que tinham por alvo o universo das relações amorosas².

Mais de quatro séculos separam ambos os relatos, colocados propositalmente numa ordem cronológica inversa como forma de demonstrar que o interesse em propor a articulação entre dois contextos distintos, Época Moderna e Contemporânea, se sustentou, para além das discussões que se seguirão neste Editorial bem como na Apresentação do Dossiê, em considerar a percepção de que as (in) tolerâncias religiosas são assuntos de longa duração. Continuidades e rupturas em meio às práticas religiosas são parte essencial deste processo.

Mudaram os dispositivos de acusação, nos quais relatos envolvendo quaisquer práticas direcionadas ao sobrenatural - mais precisamente no que já fora considerado como delito da *feiticeira* - não pertencem mais ao universo jurídico ou mesmo teológico a ponto de resultarem em processos como os levados adiante pelo já suprimido Tribunal do Santo Ofício. No entanto, permaneceu o olhar acusatório entre os indivíduos, enxergando na ideia de se fazer justiça com as próprias mãos um aliado conveniente em episódios nos quais prevalece a incapacidade de compreender o outro, indicando persistências que constantemente reafirmam os estereótipos de gênero, religião, classe, raça...

¹ Disponível em:

<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-e-acusada-de-roubar-criancas-e-agredida-ate-morte-por-moradores.html>. Acesso em: 30/01/2017.

² DGA/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra. Processo nº 929. Processo de Ana Álvares (Ana do Frade). 1566-1567.



Partindo de questionamentos como os colocados acima, o Conselho Editorial da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, tem o prazer de trazer ao público a 22ª edição do periódico, terceiro número do seu oitavo volume. Atentos não apenas aos principais objetivos que orientam a *Temporalidades*, mas, também, aos debates e problemáticas pertencentes ao universo acadêmico e, principalmente, às práticas sociais contemporâneas, trazemos à tona o mais novo Dossiê da Revista sob o título de “(In) Tolerâncias religiosas: práticas Modernas e problemáticas Contemporâneas”.

Remetendo diretamente à celebração dos quinhentos anos da Reforma Protestante (1517-2017), foi de nosso interesse estabelecer um espaço de diálogos endereçados ao universo de relações entre as mais distintas sociedades e os poderes religiosos vigentes, em que períodos Moderno e Contemporâneo serviram de balizas temporais para a consolidação desse objetivo. Os trabalhos que aqui se apresentam, demonstram a concretização do nosso interesse em fazer desse debate um exemplo de como o campo das (in) tolerâncias religiosas é capaz de abarcar, em meio a temporalidades distintas, persistências e rupturas pertencentes a esse processo. Além do mais, as discussões que compõem este Dossiê revelam o apreço dos autores aos diálogos historiográficos que são clássicos ao tema, referenciando pesquisadores que se tornaram modelos para a sedimentação de diversos pressupostos relacionados à discussão. Apontam, por sua vez, para a longevidade e renovação dos estudos direcionados ao âmbito das práticas religiosas uma vez que esse novo número da *Temporalidades* traz consigo a participação de jovens pesquisadores, mestrands e doutorands, nos quais buscaram rever abordagens, objetos e problemáticas já antes analisadas, trazendo novas propostas e questionamentos para esse campo de pesquisa, ao mesmo tempo em que ampliaram os olhares frente a novos objetos.

Ainda que maiormente interessado no contexto italiano e suas relações com as duas Reformas, é possível considerar as assertivas de Adriano Prosperi em meio a uma conjuntura mais ampliada na medida em que prevaleceu a partir do século XVI um longo processo de negociações e conflitos em que as consciências religiosas se tornaram o objeto principal no âmbito da delimitação dos poderes civis e religiosos vigentes. Do lado católico, cada vez mais se definiu uma estratégia endereçada a fortalecer um “poder autônomo de repressão e de punição por parte do corpo eclesiástico ao qual os governos seculares deviam prestar ajuda”³. Nas palavras do autor, emergiu um verdadeiro “sistema de poder” cujo alvo primordial consistia em

³ PROSPERI, Adriano. **Tribunais da Consciência**: Inquisidores, Confessores, Missionários. Trad. de Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 23.



enxergar nas classes populares o foco das heterodoxias religiosas criando, por sua vez, mecanismos de normatização capazes de frear o avanço dessas práticas. Tais instrumentos se consolidariam em três principais vertentes: Inquisidores, Confessores e Missionários que, ressalta-se, compõem o subtítulo de seu trabalho. Sendo assim, importaria mais ao pesquisador compreender não apenas o funcionamento de cada instância, suas estruturas bem como práticas direcionadas às populações, mas, analisar, principalmente, o modo como se articularam de maneira conjunta a fim de sofisticar os mecanismos de normatização religiosa. Trata-se, portanto, de compreender que essas instâncias se inseriram no processo de reconhecimento da “complexidade e da importância do domínio cultural como controle interiorizado de inteiros universos mentais”⁴.

Entre os protestantes, as iniciativas empreendidas por Martinho Lutero desde a publicidade conferida às 95 teses por ele defendidas, se consolidaram essencialmente em três teorias/doutrinas, conforme sintetizado por Jean Delumeau: “a justificação pela fé, o sacerdócio universal, a infalibilidade apenas da Bíblia”⁵. Tais pressupostos emergiram em paralelo à consolidação do ato da dúvida, que estava posto sob uma Igreja cada vez mais incapaz de responder todos os questionamentos vindos dos seus fiéis. Já na década de 1520, teríamos a rápida difusão dos preceitos definidos pelo frei, avançando para além da então Alemanha, percorrendo as regiões da Suécia, Dinamarca e Noruega e, claro, avançando entre os corredores das autoridades católicas em Roma. Notadamente, as tentativas de censura e sufocamento vindos por parte destas foram rápidas, mas não contavam com o novo fôlego alcançado pela Reforma como, por exemplo, a participação de João Calvino. Predominava, assim, a teoria de uma iminente decadência que acompanharia a Igreja Católica, sendo insuficiente pensar numa reforma dessa instituição, mas de avançar em rupturas maiores, em teologias capazes de repensar a relação dos indivíduos com a religião vigente.

Por outro lado, seria ingenuidade compreender a Reforma Protestante sem levar em consideração o mesmo viés presente nas iniciativas católicas quanto à necessidade de normatizar a vida religiosa da população. Aspecto destacado acima a partir da ressalva de Adriano Prosperi e que encontra eco em outros trabalhos, tendo em vista que Peter Burke também nos chama a atenção para ausência de oposição entre católicos e protestantes – baseadas por vezes nas

⁴ PROSPERI. **Tribunais da Consciência**, p. 51.

⁵ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. Trad. de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 59.



mesmas justificativas – quando das iniciativas em suprimir as mais diversas manifestações culturais vindo das populações mais simples, da “cultura popular tradicional”. Vale salientar a existência das diversas iniciativas empreendidas por João Calvino, o “papa de Genebra”, como o Consistório, voltado exclusivamente no controle da doutrina religiosa entre a população comum. Sendo assim, ambos os movimentos desenvolveram inúmeras tentativas de silenciar principalmente práticas cotidianas que evidenciavam uma religiosidade distante da pretendida pelos religiosos. Para o autor, essas iniciativas se resumiram em uma verdadeira “reforma da cultura popular”, expressão por ele utilizada a fim de perceber a intensidade das reformas religiosas, católicas e protestantes, ao nível dos que estavam distantes do ambiente letrado⁶.

O avanço da contemporaneidade, seja pelos traços iluministas ou mesmo o amadurecimento de noções endereçadas ao discurso que busca separar a vida religiosa da vida política, trouxe consigo, claro, a extinção de tribunais e a pretensa necessidade de se fazer presente uma atmosfera persecutória, consolidada por vezes numa constante vigilância de instituições e, mais ainda, entre os próprios indivíduos. Tanto é que Bartolomé Benassar definiu o termo “pedagogia do medo”⁷ como forma de compreender que os dispositivos de vigilância, embora partissem dessas instâncias de poderes civis e religiosos, também foram alimentados pelas sociedades. Por sua vez, também é notável a multiplicidade de religiões que se desenvolveram e que ainda emergem atualmente, baseadas nas mais distintas iniciativas e doutrinas utilizadas na sustentação de suas práticas e crenças diante de seus seguidores. Tal fenômeno fora analisado, por exemplo, no trabalho de Patrícia Birman, ao defender a noção de que o campo religioso brasileiro tem cada vez mais vivenciado uma segmentação a partir de “uma adesão simultânea a mais de um credo, como índice de uma não adequação plena de certos segmentos sociais aos valores da modernidade”, sem respeitar quaisquer “fronteiras institucionais”⁸.

Ao mesmo tempo, se levarmos em consideração somente o contexto brasileiro, a difusão de denominações evangélicas alcançou um número considerável nas últimas décadas assim como o aumento de fiéis pertencentes a esses novos quadros. As religiões “afro-brasileiras”, destaca-se, também merecem relevo, inseridas numa conjuntura que, se apropriarmos da fala de Luís Nicolau

⁶ BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Europa 1500-1800. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 283-284.

⁷ BENNASSAR, Bartolomé. Modelos de la mentalidade inquisitorial: métodos de su “pedagogia del miedo”. In: ALCALÁ, Ángel (et al). **Inquisición Espanola y mentalidad inquisitorial**. Barcelona: Ariel, 1984, p. 175.

⁸ BIRMAN, Patrícia. “Modos periféricos de crença”. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 176.



Parés em sua entrevista concedida à *Temporalidades*, é caracterizada largamente pelo “sincretismo”, entendido como “processo de mudança cultural resultado do encontro do diferente”.

Em contrapartida, o parágrafo que inicia esse Editorial já nos chama a atenção para uma latente e preocupante permanência de práticas de intolerância endereçadas às mais distintas minorias bem como às religiões que não são tradicionalmente dominantes - tal qual o catolicismo ainda é no Brasil, e mesmo em diversos países -, resultando nos mais variados episódios em nem sempre as agressões se limitam ao psicológico. As recorrentes notícias de destruições de terreiros de Candomblé são um pequeno exemplo de uma atmosfera intolerante que ainda paira no século XXI. Tomamos a liberdade para, inclusive, defender que, infelizmente, o aumento dessa mesma atmosfera vem se consolidando nas últimas décadas. “Tolerância” e “Intolerância”, se considerarmos como conceitos, não devem ser entendidas em separado. Os trabalhos que aqui compõem o atual Dossiê da *Temporalidades*, pretenderam transitar em meio a esta problemática.

Partindo para a temática que norteia o Dossiê (*In*) *Tolerâncias Religiosas: práticas Modernas e problemáticas Contemporâneas*, este se inicia com a preciosa apresentação do Prof. Dr. Angelo Adriano Faria de Assis, que se dispôs não apenas refletir a respeito das práticas de tolerância e intolerância que circularam entre as épocas Moderna e Contemporânea, mas, também, aceitou organizar o atual Dossiê. Aproveitamos este espaço para agradecer ao aceite bem como pelos importantes - e necessários - apontamentos que foram levantados em sua Apresentação.

De forma geral, os textos do Dossiê encontram-se assim alinhados:

Em “A ‘heresia luterana’ em Portugal de Quinhentos: ecos do humanismo e das Reformas religiosas”, Amanda Cieslak Kapp investiga o impacto da chegada das ideias humanistas e da ameaça luterana a Portugal, através da análise de processos da Inquisição portuguesa – ela mesma, instrumento de resistência e contra-ataque ao Protestantismo – procurando perceber, como pano de fundo, as transformações religiosas vivenciadas pela Igreja para manter seu monopólio no espaço luso.

Debruçada no contexto de delimitação dos discursos e mecanismos católicos endereçados à salvação das almas, Manoela Vieira Alves de Araújo, em “A importância do reforço da doutrina do Purgatório por Trento para o desenvolvimento da atuação dos leigos na busca pela salvação”, percebeu as inúmeras dificuldades encontradas pelas autoridades católicas, seja no Medieval ou mesmo após Trento, em fazer dos modelos de vida ascética, regrada numa moral religiosa, uma prática recorrente entre a população comum.



As estratégias utilizadas por irmandades, matrizes paroquiais e leigos do Rio de Janeiro junto à Santa Sé para a concessão de indulgências para remissão das penas temporais é o tema de Anne Elise Reis da Paixão, em “A crença no Purgatório, a prática das indulgências e sua aplicação no Rio de Janeiro setecentista”. Neste sentido, analisa a participação de fiéis em igrejas e liturgias na busca pela indulgência para voltar às graças de Deus.

Clara Braz dos Santos, por sua vez, no artigo “As cerimônias fúnebres no Brasil colonial: ponto de vista historiográfico e descrições dos séculos XVII e XVIII”, discute a definição de festa atribuída aos funerais pela historiografia a partir das descrições veiculadas nas homenagens aos mortos de prestígio produzidos por religiosos e moralistas e seu sentido de manifestar os sentimentos de dor e evocar lições de moral durante o período retratado.

O interesse pelo século XVI é presente no trabalho de Luiz Gustavo Mandarano, intitulado “Teatro maquiaveliano e religião: considerações e análises sobre as peças teatrais de Maquiavel e a religiosidade de seu tempo”, no qual as comédias produzidas por Nicolau Maquiavel entre os anos de 1517 a 1524 se tornaram objetos de análise do autor a fim de compreender não apenas os aspectos religiosos desses escritos, mas o próprio contexto religioso emergente.

Filipe Duret Athaide, em exercício microanalítico, desvela, em “Frei José Teixeira, defensor do Falso de Veneza: sebastianismo e cultura política na Europa setecentista”, a participação do dominicano português José Teixeira na trama do Falso d. Sebastião de Veneza, episódio emblemático entre os impostores que se passavam por reis portugueses durante a União Ibérica (1580-1640). Busca, ainda, dimensionar como o envolvimento de Frei Teixeira no caso, e a consequente publicação das “*Adventures admirables*” em Paris (1601), contribuíram para o estabelecimento do sebastianismo letrado.

“*Kirchenblatt, Sonntagsblatt e Der Lutheraner: a imprensa periódica luterana no Brasil*”, é matéria de Janaína Helfenstein. Nele, a autora analisa a imprensa periódica organizada e produzida pelas duas vertentes principais do luteranismo no país, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e seu periódico intitulado *Sonntagsblatt*, e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), que publicava o jornal *Kirchemblatt* e a revista *Der Lutheraner*, buscando entender seus papéis na formação de uma identidade germânica no país, entre finais do Oitocentos e meados do século XX.



“Limpar a honra e desvanecer a fama: Candidatos rejeitados pela Inquisição por serem cristãos-novos ou terem fama de sê-lo”, artigo de Luiz Fernando Rodrigues Lopes, discorre sobre a busca de ascensão e afirmação sociais no Portugal do Antigo Regime através dos processos de habilitação do Santo Ofício – em especial, dos indivíduos que tiveram seu pedidos rejeitados, mormente pela suspeita de carregarem mácula sanguínea por serem neoconvertos, ou seja, descendentes de famílias judias convertidas ao catolicismo em 1497; época em que pertencer aos quadros da Inquisição era sinônimo de boa origem e comportamento ilibado, além de caminho seguro e rápido para os desejos de mobilidade social.

Ronaldo Manoel Silva, através do estudo de caso e da trajetória de um escravo originário da Costa da Mina e morador em Olinda, denunciado em Pernambuco por suas condutas homoeróticas e enviado para Lisboa, onde seria processado pelo Tribunal do Santo Ofício, procura, em “Duplamente segregado: Daniel Pereira, um escravo sentenciado pelo crime de sodomia (1740 - 1752)”, analisar as especificidades da ritualística inquisitorial e das conexões jurídicas envolvidas no julgamento de casos envolvendo comportamentos sexuais entendidos como desviantes.

Já Leonara Lacerda Delfino, em seu artigo intitulado “As *mercês régias* e os *pretos devotos*: A rede interacional de proteção das irmandades do Rosário no Reino de Portugal”, propõe-se a problematizar os vínculos entre as confrarias do Rosário e a Coroa Portuguesa, a partir da política de concessão de privilégios pela *benevolência régia*, bem como discutir a noção de *honra devocional* dos devotos pretos, assim como suas formas de acionamento das *mercês régias*, em que as associações religiosas atuavam, num âmbito maior, como canais de conversão e normatização comportamental dos escravizados, da mesma forma que promoviam novas estruturas de integração e proteção social.

Somando-se aos trabalhos acima, optamos em promover uma série de entrevistas que buscaram dialogar com as problemáticas levantadas pelo Dossiê. Sendo assim, convidamos a Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso para conversar sobre a presença da Companhia de Jesus em meio às duas temporalidades que sustentam o Dossiê. Sob o tema “A Companhia de Jesus no contexto de reafirmação do catolicismo: problemáticas Modernas e Contemporâneas”, a entrevista concedida ao doutorando do PPGH/UFMG, Marcus Vinicius Reis, em questão revelou não somente a inserção dos jesuítas no contexto da vida religiosa na Modernidade, mas os alcances que ainda hoje os inacianos possuem muito por conta do atual Papa Francisco ser



pertencente a essa Ordem Religiosa. No universo inquisitorial, a Profa. Dra. Isabel Drumond Braga, a partir da entrevista “A Inquisição na Época Moderna e as problemáticas em torno da intolerância religiosa”, concedida ao Prof. Dr. Yllan de Mattos, nos brinda com uma importante reflexão a respeito do Tribunal do Santo Ofício em meio às noções de tolerância e intolerância religiosa. Chamamos também ao debate o Prof. Dr. Luis Nicolau Parés, com a entrevista “A religiosidade que veio da África: construções, conceitos e resistências”, concedida aos doutorandos do PPGH/UFMG Natália Ribeiro Martins e Thiago Henrique Mota, que nos esclarece sobre diversas questões em relação ao conceito de História Atlântica dentro do debate das relações afro-brasileiras, sobretudo religiosas, o papel da antropologia para o estudo das africanidades imaginadas no Brasil contemporâneo e os desafios no combate à intolerância religiosa ainda frequente contra os cultos de matriz africana. Por fim, convidamos também o Prof. Dr. Eduardo Meinberg, atual presidente Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), para responder algumas questões na entrevista “O movimento pentecostal no Brasil: apontamentos e seus ecos na contemporaneidade”, que relaciona a temática do nosso Dossiê com o fenômeno das igrejas pentecostais, suas políticas de inclusão, identidades e inserção no contexto político atual.

O novo número da *Temporalidades* também traz consigo contribuições que não contemplam o Dossiê proposto, mas que são igualmente importantes seja no universo de contribuição historiográfica ou mesmo para a consolidação da Revista como importante espaço de reflexões acadêmicas.

Entre os Artigos Livres, destacamos os seguintes:

Aline Viana Tomé, em “A tradição da pintura pitoresca na obra de Eliseu Visconti (1866-1944): as lavadeiras e seus varais”, nos apresenta interessante artigo sobre as lavadeiras e seus varais na obra do pintor Eliseu Visconti (1866-1944). A autora, privilegiando as obras que versam sobre o contexto carioca, operacionaliza o conceito de paisagem pitoresca. Para isso, não só analisa profundamente a composição de quadros de Visconti, versando sobre suas escolhas de gênero de pintura, dentre outros, como também demonstra o diálogo que o pintor realiza com outros pintores contemporâneos a ele. Problematisa, ainda, as possíveis relações entre as representações de Visconti com o contexto histórico no qual suas produções se inseriam, ou seja,



o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e primeira do XX, entre o aspecto rural e a busca pela modernidade.

Arthur Daltin Carrega trouxe a colaboração intitulada “O boletim A Imigração e a propaganda imigrantista da Sociedade Central de Imigração no final do século XIX” e se propõe a analisar as propagandas institucionais da Sociedade Central de Imigração e seus objetivos de atrair imigrantes que comungassem de certas características desejadas.

A resenha de Carlos Alexandre da Silva Souza, “Animal político com fé no que virá: Jean Wyllys nos tempos bons e ruins”, pretendeu avaliar a contribuição da obra de Jean Wyllys, “Tempo bom, tempo ruim: identidades, políticas e afetos”, bem como sua trajetória enquanto político e defensor de uma série de posicionamentos voltados às minorias, principalmente as pertencentes ao universo LGBT.

No artigo “América Latina e intelectuais de esquerda: o governo da Unidade Popular na revista *Monthly Review*”, o autor Emmanuel dos Santos trabalha com periódicos enquanto fontes para investigar as efervescências políticas que ocorreram na América Latina no século XX; e propõe ainda a alinhar a formação de grupos intelectuais de brasileiros exilados no Chile com especial atenção à atuação de Rui Mauro Marini.

Franciel Coelho Luz de Amorim, em “As contradições da política de (contra)reforma agrária no Vale do São Francisco: o caso do “Projeto de Assentamento – PA Catalunha” (1988-1998)”, analisa o Projeto de Assentamento – PA Catalunha, região do Vale do São Francisco, e as contradições decorrentes dessa política oficial de reforma agrária entre os anos de 1988 e 1998. A questão central do artigo gira nos problemas socioeconômicos gerados para o campesinato sem-terra na implementação desse Projeto. O autor conclui que tal reforma visou capitalizar os latifundiários e não deu conta de solucionar as questões agrárias e camponesas da região.

O artigo de Francisco Evandro de Araújo, intitulado “As coisas e os homens: casas de farinha, cultura material e experiências do cotidiano das farinhadas” trata do lugar de memória e do papel material e imaterial das “farinhadas”, entendidas como as técnicas centenárias para o fabrico da farinha de mandioca, empregadas por pequenos produtores do Maciço de Baturité, região do Ceará, Brasil. O trabalho, por meio dos relatos orais de alguns destes produtores, deseja discutir as permanências e resistências das práticas de fabricação da farinha e as relações destes processos entre a história e a cultura material.



Juvan Vieira, autor de “Sola fide – a compreensão de Martinho Lutero sobre a fé na epístola aos Romanos”, insere a obra de Martinho Lutero dentro do contexto alemão de crise da espiritualidade para analisar seu conceito de fé, tema crucial para a compreensão dos princípios da reforma protestante, de modo a perceber o discurso reformista como meio de dar resposta à ansiedade.

Em "Missas em memória: celebrações encomendadas em testamentos de Mariana (1748-1848)", Karina Aparecida de Lourdes Ferreira reflete sobre as celebrações litúrgicas, mais especificamente as missas encomendadas por testamentários, no Termo de Mariana, entre 1748 e 1848. O trabalho busca identificar os grupos e indivíduos que solicitaram tais missas, padrões e tendências das celebrações e o significado social e religioso das mesmas ao longo do recorte cronológico proposto.

O artigo de Paula Carvalho, intitulado “Lawrence da Arábia e a representação do nacionalismo árabe”, se valeu do conceito de orientalismo de Edward Said para refletir sobre as representações acerca do nacionalismo árabe no filme Lawrence da Arábia (1962), além de perceber suas conexões com os discursos e práticas imperialistas britânicas e estadunidenses.

O artigo “A “barbárie” como contradição da “Democracia Consensual”: breve diálogo com os Direitos Humanos aclamados pós 1945” é a contribuição de Rener Marques Vilela que conduz uma reflexão sobre a construção dos Direitos Humanos e seu percurso de contrastes.

Em “A Lepra e seus doentes na Primeira República Brasileira”, Thaysa Lauara Loiola Stabelini e Etiane Caloy Bovcalovski discutem a partir de uma vasta documentação a construção do discurso sobre a lepra, em fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, avaliando as mudanças com que o poder público atuou a respeito da doença.

No trabalho intitulado “Ouro Preto é uma festa: cultura e lazer no festival de inverno da UFMG”, da autoria de Vitor Lucas de Faria Pessoa e Cleber Dias, é discutido como esta festividade, já consolidada na programação de Ouro Preto, se constituiu e qual o seu impacto para visitantes e moradores da cidade.

Walter Valdevino do Amaral somou à nossa edição com o texto “Edwiges de Sá Pereira: uma voz pernambucana no Segundo Congresso Internacional Feminista (Rio de Janeiro, 1931)”, e resgatou a pertinente discussão sobre trabalho e educação das mulheres no contexto da Primeira Onda do feminismo e suas repercussões no Brasil.



Na seção Transcrição Documental Comentada, “Instruções para a felicidade pública dos mineiros ou para a boa administração e aumento das rendas reais: as instruções do Erário Régio de 1775” é a transcrição empreendida por Régis Clemente Quintão que nos convida a compreender a partir dessa documentação as diretrizes administrativas para a colônia no contexto do período Pombalino.

Ainda, Rogéria Cristina Alves e Harley Francisco de Assis transcreveram uma carta enviada pelo médico Florêncio Estanislão Le Masson à Camara Municipal de Mariana em meados do século XIX. Localizada no Arquivo Histórico da Casa Setecentista desta cidade, o documento é crucial para os estudiosos da história da saúde e da medicina no Brasil. Nele o médico elaborou um projeto de funcionamento para uma Escola Normal de Arte Obstetrícia. Os dois autores se valem da mencionada carta para dissertar sobre a medicina no Brasil oitocentista e sobre a figura de Florêncio Estanislão Le Masson.

Por fim, gostaríamos de trazer alguns últimos pontos para este Editorial. Em agosto de 2016, a *Temporalidades* entregou à comunidade discente sua versão em *Open Journal Systems* (OJS), plataforma que tem trazido maior autonomia e agilidade ao processo avaliativo e editorial da revista. Graças ao OJS e aos seus recursos, a *Temporalidades* tem experimentando um crescimento notável, possibilitando a conquista de novos mecanismos de indexação, como o americano *Public Knowledge Project* e o europeu *Open Aire*. Para 2017, a expectativa é granjear novos indexadores e espaços de divulgação gratuitos, um processo que, sem dúvida, requer do Conselho Editorial uma ostensiva capacidade de adequação aos critérios internacionais de qualidade acadêmica.

Contudo, em meio a todos esses esforços, o Conselho Editorial e toda a comunidade discente foi surpreendida com uma controversa avaliação Qualis, que reavaliou a nota da *Temporalidades*, passando-a do estrato B3, para B4. Ora confrontados com os critérios que, no mínimo, deveriam manter o periódico em sua nota⁹, o Conselho Editorial não compreende o embasamento formal do Qualis CAPES para tal decisão. Como é amplamente sabido, existem tentativas constantes de diferenciar os estratos mais altos do Qualis das revistas ditas discentes, por meio de critérios que não são capazes de atender ambos e que acabam por marginalizar os

⁹ De acordo com a “Síntese de Avaliação Qualis” para a área de História, os critérios para o alcance do B3, ou sua manutenção, constam como cumprir as exigências do estrato anterior, B4, e estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador nacional ou internacional, bem como publicar pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos três instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume. Todos esses critérios são devidamente atendidos pela *Temporalidades*.



esforços dos alunos de pós-graduação na busca pela manutenção da qualidade dos periódicos por estes geridos.

Independentemente destes artifícios de qualificação, a *Temporalidades* vem à público reiterar o seu compromisso com os jovens pesquisadores da área de História e também das áreas interdisciplinares, do graduando ao doutor, e reafirmamos que a revista se manterá aberta aos discentes. Continuaremos a oferecer políticas de editoração sérias e prosseguiremos na busca pela excelência que, desde 2009, idealizamos sempre cumprir.

Desejamos à todas e todos uma ótima leitura!

Átila Augusto de Freitas

Marcus Vinicius Reis

Natália Ribeiro Martins